EXMO SENHORA PREGOEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
BEL. THAÍS FERNANDES MACHADO

WANDER CLÁUDIO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 954.661.421-15, vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO

Ao edital do Pregão Presencial nº 006/2011/SRP -TJAM, emanado Do Processo nº25187/2010 – Tribunal de Justiça do Amazonas, pelos fatos e fundamentos que expõe a seguir:

DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de

habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

A possibilidade de impugnação também está prevista no artigo 12 do Decreto nº 3.555/00, senão vejamos:

“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.”

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação aponta-se que o artigo supra citada prevê a necessidade de antecipação de dois dias úteis, para tanto deve-se citar a Lei nº 9.784 de 1.999 que trata da forma de contagem de prazos na administração pública, senão vejamos:

*“Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, **excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.***

§ 1o Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não

houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2o Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3o Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês." (sem grifos no original)

Desta feita, conforme a lei e o presente edital, para que se realize a contagem do prazo para apresentação de impugnação entende-se por necessária a exclusão do dia de início, qual seja o dia de realização do certame, e incluído o dia de vencimento.

Portanto, considerando que a data de realização do certame é dia 11 de fevereiro de 2011, excluir-se-á este dia e contar-se-á retroativamente dois dias úteis, até a data de 09 de fevereiro de 2011, limite para apresentação da impugnação.

DOS FUNDAMENTOS

DO TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme o edital faz parte integrante do mesmo o anexos I. O edital indica que no anexo 1 está o Termo de Referência, dessa forma, após análise do edital e seus anexos foi constatado que o Termo de Referência apresenta desconformidade com os requisitos exigidos pelo decreto 3.555 de 8 de agosto de 2000 e com as Normativas da ABNT levando o Tribunal de Justiça a comprar móveis que não servirão aos fins buscados, e por consequência trazendo prejuízos para o mesmo.

É imprescindível que o Termo de Referência e seus requisitos estejam presentes no instrumento mencionado a fim de atender a legalidade e garantir o maior benefício para administração e demais partes envolvidas. Em especial considerando que as disposições do edital estão protegidas pela força vinculante do instrumento convocatório.

O decreto 3.555 de 8 de agosto de 2000, em seu artigo 21 elenca rol de atos essenciais do pregão e em seu inciso II refere-se ao Termo de Referência. No

Termo de Referência a lei requer a descrição detalhada do objeto, do orçamento estimativo de custos e de um cronograma físico-financeiro de desembolso:

“Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - justificativa da contratação;

*II - termo de referência, **contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos** e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;*

III - planilhas de custo;

*IV - **garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;***

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - parecer jurídico;

VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e

XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.”

Sem grifos na fonte.

A lei é clara e o edital carece de requisitos legais, cuja inobservância irá gerar prejuízos para administração, o tornando inepto ao procedimento licitatório. O edital, em seu anexo I, que corresponde ao termo de referência não demonstra o

orçamento estimativo de custos, situação que deve se compatibilizar com o previsto no art. 21, II, do decreto 3.555/2000, uma vez que o critério legal e principiológico da publicidade exige transparência até mesmo quanto aos valores implicados na licitação.

Mesmo que o edital tenha previsão da garantia da reserva orçamentária em seu caput, a não indicação de valores e dos números que comprovem a devida reserva deixarão este procedimento vazio critério inafastável de legalidade quanto à transparência nos orçamentos perante os participantes.

Em função deste vício, a força que vincula o edital não pode absorver erros que poderão invalidar todo o procedimento licitatório e assim acarretar prejuízos e responsabilidades para os envolvidos, especialmente quando o vício está diretamente ligado à transparência dos gastos do erário.

Mesmo que a menção se faça válida, a falta dos dados que permitam consulta a reserva orçamentária viola o princípio da publicidade, ferindo ainda mais o procedimento licitatório.

Não resta outra solução para sanar a falta de documentação que a lei exige senão a republicação deste edital com os seus anexos, bem como retificação do necessário Termo de Referência.

Além do supra citado é imperativa a correção e republicação do edital quanto às NBRs que foram elencadas. As aquisições ao seguirem as NBRs irão garantir que os móveis comprados atendam aos padrões determinados pelo INMETRO, entretanto o termo de referência contém erros que invalidam as propostas que já foram feitas ou as que venham a ser feitas.

O termo de referência exige que os produtos devam ser certificados com algumas NBRs, entretanto as seguintes NBRs não têm validade e implicarão em compras que não atendem as necessidades do TJAM:

NBR 13961- desatualizada

NBR 14109- cancelada

NBR 14113- cancelada

NBR 14111- cancelada

NBR 13966- desatualizada e foi requerida em mobiliário diverso do passível de análise

As alegações se confirmam pelos documentos em anexo a esta impugnação. Além de não ter mais validade essas normas implicam que o termo de referência será garantidor de prejuízo ao erário. Trata-se de incorrer em improbidade permitir que os critérios de compra gerem prejuízos para o TJAM quando do desempenho de suas funções administrativas.

Ante o exposto, o Termo de Referência é essencial ao edital, faltando os requisitos deste, o edital não atende aos requisitos legais para prosseguimento da licitação. O vício existente não pode ser sanado sem que seja retificado o presente edital e que seja incluso no Termo de Referência seus necessários e corretos itens. A retificação deve ser feita para que não exista prejuízo para o órgão e para todos interessados.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (Instrução Normativa N° 01 de janeiro de 2010)

O edital SRP 06/2011 do presente órgão não prevê a possibilidade de uso dos meios adequados de sustentabilidade ambiental pelas empresas licitantes, desta forma, não segue os critérios da Instrução Normativa N°. 01/2010 implicando na real possibilidade de realização de uma compra que atingirá o meio ambiente sem qualquer preocupação com sua condição, de tal forma que a instrução estabelece os seguintes critérios:

*“Art. 1º Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional **deverão** conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.”*

Segundo o diretor técnico do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos: *“A questão da harmonia entre processo produtivo e meio ambiente, tem sido indicado como um dos mais importantes valores corporativos para elevar o crescimento econômico e abrir novos mercados”* (**Fonte:** Agência Sebrae de Notícias - 21/06/2010). Ressalta-se, pois, que no edital não constam normas ambientais dos processos de extração, fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

E ademais, o Art. 5º da referida Instrução Normativa traz os quesitos a serem observados, como seguem:

“Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

Neste sentido, e segundo as políticas públicas que o Governo tem adotado, o presente edital se contradiz com as perspectivas que estão se implantando no País. Pode-se notar pelos acordos de Desenvolvimento Sustentável firmados entre os países, como exemplos podemos citar v.g., os programas que têm como metas a redução da poluição e do aquecimento global, o Protocolo de Kyoto que visa a redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, que o problema ambiental tomou proporções gigantescas e, sobretudo, todas as medidas cabíveis para amenizá-lo tornaram-se uma obrigação pública. Desta feita não restam dúvidas que os acréscimos a este edital são devidos e necessários, e que a Instrução Normativa 01/2010 deverá ser cumprida na sua integralidade, sendo imperativa a republicação do presente edital para que se adéque ao exposto acima.

DO PRAZO DE GARANTIA EXIGIDO PELO EDITAL

Todo bem durável está sujeito ao desgaste, seja pelo uso, seja pelo decorrer de tempo. É natural para quem adquire qualquer coisa exigir amparo no pós-venda, no presente edital não é diferente apesar do prazo exigido ser muito curto, especialmente considerando os fins desta relação. Para grande parte dos bens a

serem adquiridos é o costume de o mercado oferecer a garantia de 60 (sessenta) meses, porém o Edital no seu termo de referência exige dos produtos a serem licitados garantia de um a dois anos.

Frente ao desgaste natural que a maioria dos bens recebe e que sua vida útil não pode ser aumentada, o prazo de 12 meses pode parecer razoável, todavia os lotes deste Edital que referem aos armários, suportes volantes, cadeiras, gaveteiros volantes e mobiliários afins podem e devem receber garantia maior.

Não se trata de aquisição na qual seja necessária apenas 1 (um) ano de garantia, pois esses bens vão compor estrutura mais sólida do Tribunal de Justiça do Amazonas e merecem ter maior proteção para o bem dos funcionários e daqueles que necessitem usar as dependências do TJAM.

Deve-se ressaltar que a estrutura de um Tribunal deve estar equipado com móveis capazes de suportar os desgastes provocados por diversas pessoas diariamente e de maneira quase ininterrupta, tendo em vista que a diversidade de pessoas e também seus comportamentos não podem ser previstos, mas é possível proteger por prazo maior essa estrutura.

Portanto exigir um prazo maior de garantia só traz benefícios para o Tribunal de Justiça do Amazonas visto que, em função de maior prazo de garantia obterão produtos de melhor qualidade, desonerando o erário público tendo em vista a dispensa de futuras aquisições.

CONCLUSÃO

Ex positis, é a presente impugnação para que seja anulado ou reparado o edital com sua devida republicação, para que conste:

- a) O Termo de Referência com seus itens obrigatórios e as devidas correções das NBRs que são condições imprescindíveis para existência do edital e da licitação.
- b) Os critérios de sustentabilidade no edital para garantir redução de impacto ambiental e efetividade da eficiência.

- c) O aumento do prazo de garantia para que o Tribunal de Justiça do Amazonas não compre mobiliário de qualidade reduzida e que tenha curtíssima duração.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Uberlândia, Minas Gerais, 09 de fevereiro de 2011.

Wander Cláudio de Oliveira

CPF nº 954.661.421-15